

TEORIAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARANÁ

THEORIES ON ECONOMIC DEVELOPMENT OF PARANA

Zeno Soares Crocetti¹

Resumo

O Objetivo desse trabalho é debater as posições teóricas e experiências concretas a respeito das teorias sobre o desenvolvimento econômico do Paraná, e interpretar as Formações Econômicas e Sociais na reconfiguração do território paranaense.

Iniciamos com um balanço crítico das análises interpretativas das Formações Sócio-espaciais paranaense. Foram levantadas sugestões de um debate teórico e diretrizes analíticas e investigativas – pesquisas de campo – voltadas à problematização do desenvolvimento regional paranaense, discutindo sua base conceitual e metodológica.

Palavras-chave: Formação Sócio-espacial; Combinações Geográficas; Ciclos Econômicos; Território e Organização do Espaço.

Abstract

The goal of this paper is to discuss practical experiences and theoretical positions about the theories on economic development of Parana, and interpret the Economic and Social Formations in the reconfiguration of the state of Parana.

We begin with a critical assessment of interpretative analysis of socio-spatial formations of Parana. Were raised suggestions of a theoretical debate and analytical and investigative guidelines - field research - focused on the problematic of regional development in Parana, discussing its conceptual basis and methodology?

Keywords: Socio-Spatial Training; Combinations Geographic; Economic Cycles; Territory and Space Organization.

¹ UFSC/UNIBEM. Professor ensino superior. Curitiba/PR/Brasil – E-mail: crocetti@pq.cnpq.br

Introdução

O lugar é o meio das unidades complexas, ou seja, o território usado apresenta um padrão de ordem, que se manifesta pelas formas, funções, estruturas e processos, da qual fazem parte as várias subunidades, que se constroem e se relacionam criando campos de interação. Nesse macroorganismo vivo, portanto, a noção importante a ser construída para se compreender e interpretar os sistemas de objetos e sistemas de ações, vistos como totalidades multidimensionais, conforme formulou André Cholley e Milton Santos, em 1948 e 1977, são a de “combinações geográficas e Formação Sócio-espacial”.

Considerando que as sínteses das múltiplas determinações e combinações sócio-territoriais constituem a manifestação do conjunto das totalidades dos vários elementos convergentes da realidade, em uma porção precisa de um território dado, isto é, numa superfície terrestre específica, passível de ser identificada como unidade. Expressam-se por fenômenos de convergência em campos interativos distintos, manifestando-se como ordem de complexidade, nas múltiplas dimensões e escalas de organização dos lugares no mundo.

Como citamos a Formação Sócio-espacial ainda permite re-introduzir na Geografia uma abordagem histórica, *síntese de múltiplas determinações* (MARX), dando uma visão totalizadora e multidisciplinar, como insiste em denunciar Mamigonian, "manifestada, sobretudo, nos clássicos da Geografia" e que vem se perdendo com as fragmentações e especializações dos estudos geográficos.

As variáveis integrantes dessa complexidade podem ser mais bem compreendidas nas modalidades impostas por sua ação combinada.

Portanto, assim como o relevo emerge das inter-relações convergentes de variáveis geológicas, hidrológicas e climáticas, mas também sofre interferências de fatores biológicos e sociais, da mesma forma, para se interpretar o fenômeno econômico, não se pode abordá-lo como simples abstração, sob pena de transformá-lo em falsa individualidade, por estar fora de uma combinação localizada. O fenômeno econômico, como os outros (sociais, biológicos e físicos), é sempre expressão da coerência estabelecida nessa combinação de variáveis sociais, políticas, biológicas ou físicas.

1. Teorias sobre o desenvolvimento do Paraná

1.1. Interpretação da CEPAL

As várias interpretações sobre o desenvolvimento da economia paranaense disponíveis até 2008 nos permitem sistematizar oito interpretações históricas dos rumos do desenvolvimento

Teorias sobre o desenvolvimento econômico do Paraná.

Zeno Soares Crocetti

econômico do estado do Paraná e de suas articulações com o perfil de crescimento do país. As seis primeiras interpretações de análise resultaram da sistematização da literatura existente, e as outras duas foram formuladas por mim.

A) Interpretação cepalina, calcada no modelo centro-periferia, desenvolvida pela Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR), criada em 1962, e transformada em Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP) em 1968. A idéia central era repetir em âmbito estadual a experiência brasileira (paulista) de industrialização substitutiva de importações.

Os governos Moisés Lupion (1947-50) e Bento Munhoz da Rocha Netto (1950-55) visaram construir um Paraná único a partir da imigração, garantindo a sua ocupação espacial e posteriormente um complexo viário que rumasse a Curitiba. A estratégia era que o Centro Cívico funcionasse como referência de governo, mas fundamentalmente de identidade para o povo paranaense que se queria modelar a partir dos valores de progresso pelo trabalho e ordem pelo patriotismo.

Com esse diagnóstico e a estratégia subjacente, a Codepar ignorou a forte tendência de unificação do espaço econômico brasileiro, desenhada a partir dos vultosos investimentos em infraestrutura constantes do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (JK), entre 1956 e 1961.

B) A outra linha de interpretação e análise da dinâmica econômica paranaense, também ligada à teoria cepalina, foi construída pela pesquisa de Pedro Calil Padis, no final dos anos 60, através de sua tese de doutorado (*Formação de uma Economia Periférica: O caso do Paraná*). Na análise de Padis, em seu diagnóstico, ele desvelou um Paraná de economia periférica e dependente, principalmente da economia paulista. Quanto às possibilidades de ocorrência de uma industrialização autônoma no Paraná, ele indicou alguns ramos, Petroquímica, papel e celulose, construção civil, e transformações de minerais.

Padis avaliou que a exaustão do modelo brasileiro de substituição de importações, a diminuição dos investimentos e políticas públicas por parte do núcleo dinâmico do país às economias regionais, poderia ser um entrave ao desenvolvimento de uma industrialização autônoma.

Essas avaliações encontravam respaldo na situação da economia estadual no início da década de 60 e diagnosticava um Paraná desarticulado interna e externamente, em razão de uma dinâmica determinada por uma elite agrária com ranços feudais cuja atividade principal era o extrativismo e a pecuária extensiva nas regiões tradicionais do Paraná, polarizadas pelo eixo dinâmico urbano de Curitiba-Paranaguá; pela incipiente agricultura do sudoeste (pouco articulada ao mercado); e pelo norte cafeeiro, ligado à economia paulista e fragilizado pelas condições de deterioração dos preços externos dos produtos primários.

1.2. Interpretações dependentistas

C) A terceira interpretação reconheceu que a predominância de estruturas de mercado oligopolistas no centro dinâmico da indústria brasileira, fabricante de bens de consumo duráveis e de capital, instalado no estado de São Paulo, desestimulava qualquer iniciativa endógena de industrialização.

Ao mesmo tempo, essa visão conferia às regiões periféricas a São Paulo o papel de supridoras de matérias-primas para os grandes mercados nacionais e/ou processadoras de *commodities* destinadas ao exterior (café, soja, papel e papelão etc.). Tratava-se de uma visão dependentista, admitindo um crescimento da economia paranaense associado ou complementar à de São Paulo.

Nos Governos Ney Braga (1961-65) e Paulo Pimentel (1966-70), vivendo o auge do Regime Militar e do “milagre brasileiro”, pensaram o desenvolvimento do Paraná a partir da necessidade da industrialização. Investiriam e incentivaram a formação de diversos parques industriais em diversos municípios e em todas as regiões do estado. Surfam na onda do quarto Kondratiev em sua fase “A” expansiva.

Com isso, o rompimento, ou ao menos a amenização, das restrições, isso exigia o aparecimento e/ou a consolidação de vantagens comparativas dinâmicas, as quais, por outro lado, dependiam da implantação de uma diversificada rede infra-estrutural.

Dentro dessa perspectiva, o funcionamento de um esquema articulado entre a CODEPAR e o Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE)¹ possibilitou o aporte de recursos para a construção da infra-estrutura básica do Estado nos anos 60, viabilizando os requisitos físicos e financeiros para o *boom* econômico da década de 70. Em outras palavras, o FDE representou verdadeiro orçamento paralelo dentro do governo, tanto para a realização de despesas públicas, quanto à disponibilização de linhas de crédito subsidiadas para investimentos e para a cobertura das necessidades de giro das empresas.

Assim, o salto de infra-estrutura na década de 60 compreendeu a realização de grandes obras voltadas ao aumento da oferta de energia elétrica, construção de rodovias e ferrovias, à adequação do porto de Paranaguá, implantação de uma rede de armazenagem pública, à modernização das telecomunicações, dentre outros avanços.

Muitos economistas afirmam que a operacionalização desse conjunto de mecanismos (CODEPAR/BADEP/FDE) constituiu apenas o elemento institucional endógeno explicativo do ciclo de desenvolvimento econômico vivido pelo Paraná nos anos 70. Outros fatores influenciaram

Teorias sobre o desenvolvimento econômico do Paraná.

Zeno Soares Crocetti

decisivamente o forte dinamismo e a profunda diversificação experimentada pelo aparelho produtivo paranaense nesse período. Destacando-se o crescimento da taxa de investimento da economia brasileira, a existência de uma agricultura com enorme capacidade de resposta aos estímulos modernizantes embutidos na política de crédito agrícola pós-1966 e, principalmente, o programa de atração de indústrias executado pelo governo estadual entre 1975 e 1978. Aqui cabe uma investigação para verificar a influência dos ciclos médios de Juglar.

D) A quarta linha de análise negou o modelo da Cepal, mas aceitou a relação de subordinação frente a São Paulo, do modelo da dependência defendendo que a economia estadual recebia os estímulos da economia paulista e, "dado o dinamismo fornecido por suas condições de operação, [integrava-se] à economia nacional, seja abrindo-se à competição paulista, seja disputando no mercado paulista, em outras regiões e mesmo em mercados do exterior".²

Nos Governos Jayme Canet (1975-79) e Ney Braga (1979-82), foi promovido o reforço da estrutura estatal, no auge da crise da fase "B" do quarto ciclo de Kondratiev, particularmente no setor financeiro e serviços públicos, e privilegiaram a construção de estradas em todo o estado, pois acreditavam estar já desenvolvido o estado do Paraná. Tratava-se apenas de dar suporte ao crescimento econômico que parecia inercial, fruto dos investimentos aportados na fase expansiva do ciclo de Kondratiev.

Essa concepção carregava ainda um triunfalismo nacionalista predominante nos anos 70, primeiro com o Milagre Econômico e depois com a "marcha para frente" implícita no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), resultado dos projetos do Brasil Potência ou da "ilha de prosperidade" cercada pela instabilidade mundial.

No Paraná, a reprodução das mudanças provocadas pelo ambiente ainda favorável à elevação da taxa de investimento não era suficientemente percebida em razão da maximização e difusão dos indicadores relacionados à exclusão social, como migração, expulsão de mão-de-obra rural e concentração fundiária.

E) A quinta interpretação, divulgada no documento *Paraná Economia e Sociedade*, de 1988 (documento reeditado pelo IPARDES em 2006), procurou articular a crítica e a apologia reinantes na década de 70, e que, separadas, não conseguiam explicar o dinamismo econômico do Paraná. Nessa perspectiva, o documento indicava que "a inserção subordinada em âmbito nacional ou o caráter periférico do Paraná não implicavam estagnação ou tendências de baixo dinamismo".³

O texto também reconhecia que, com a implantação e o avanço da cafeicultura na Região Norte, apesar da crise das geadas de 1976/77, que levou a uma grande erradicação dos pés de cafezais, o Paraná passava a integrar o núcleo dinâmico da economia nacional. Mas com enorme

potencial de diversificação agrícola dada a abundância de terras férteis e a inexistência de estruturas remanescentes da época da escravidão, embora tivesse um ranço feudal.

Essa visão também entendia que o *boom* industrial paranaense dos anos 70 era resultado do dinamismo da agricultura e da apreciável intervenção estatal, mas destacava o caráter excludente daquele surto econômico, semelhante, como não poderia deixar de ser, ao padrão nacional implícito no modelo autoritário, que não aproveitou o extraordinário crescimento para encaminhar a correção das distorções sociais.

F) A sexta análise ficou demonstrada pela reprodução regional do quadro da crise recessiva do quarto ciclo de Kondratieff (1973/94), gerando uma crise sem precedentes após os choques do petróleo, apelidada pelos economistas de plantão como "década perdida" do país nos anos 80, explicado pelos seguintes fatores: insuficiência de gestão do Estado, desequilíbrio das contas externas, fim dos investimentos financeiros internacionais – depois da eclosão da crise mexicana –, indefinição de esquemas viáveis de financiamento dos investimentos de longo prazo, baixo patamar de inversões fixas, crescente atraso científico e tecnológico do parque industrial e arrocho do poder aquisitivo dos salários, decorrente da escalada da inflação.

Nesse intervalo, a base econômica regional experimentou moderado dinamismo, associado aos fatores pontuais, tais como a continuidade da modernização agroindustrial (fição do algodão, combate à crise energética – Proálcool –, subprodutos do milho, industrialização de aves, melhoramentos genéticos de bovinos e maltaria). A maturação plena de grandes investimentos realizados em segmentos modernos e/ou novos da indústria estadual em fins da década de 70 e início dos anos 80, instalação da CIC (Cidade Industrial de Curitiba – fertilizantes nitrogenados, ônibus e caminhões, papel de imprensa, cigarros, micro e minicomputadores), e algumas inversões nos ramos de siderurgia e refrigeradores na onda do Plano Cruzado em 1986. (LOURENÇO: 2002).

1.3. Interpretação nacionalista do PMDB

G) Essa análise interpretativa é um esforço meu no sentido de decifrar o quebra-cabeça do período de governo do PMDB, sendo o último modelo interpretativo, antes de o país perder a inocência e cair na barbárie neoliberal, que desencadeou a crise Geral do capitalismo em 2008.

Essa sétima visão compreende a "redemocratização", verificada após o plano Cruzado. Esse período foi caracterizado pelo comportamento oscilante da economia estadual, atribuído à interferência combinada ou seqüencial da recessão econômica oriunda do quarto ciclo de Kondratieff, que teve um desfecho trágico no final do governo Sarney e aprofundada durante a

Teorias sobre o desenvolvimento econômico do Paraná.

Zeno Soares Crocetti

gestão neoliberal do Collor, da instabilidade das cotações internacionais dos produtos primários, do *dumping* internacional e da precária política agrícola implementada pelo governo federal.

Durante a redemocratização, os governos do PMDB (José Richa 1983-86, Álvaro Dias 1987-90 e Roberto Requião 1991-94), mergulhados na crise econômica, propunham-se a construir um novo modelo de desenvolvimento baseado no crescimento do capital nacional e com forte aporte dos investimentos estatais voltados para uma ação capilar voltada para o interior, sobretudo os dois primeiros governos. Imaginavam-se acima dos problemas sociais e, portanto, caberiam às políticas públicas governamentais, geradas em seus gabinetes, as soluções para todos os tipos de problemas.

Contudo, na primeira parte dos anos 90, com o surgimento de alguns fatores de natureza estrutural, embora incipientes, potencializaram-se as chances de rápida alteração do perfil tecnológico da base produtiva regional, que, segundo as análises de Rangel, teve início no novo ciclo de expansão de Kondratiev, no caso do crescimento auto-sustentado da economia brasileira. Dentre os elementos reestruturantes, sobressaíram-se:

a) a reprodução mais intensa dos ajustes técnico/produtivo/gerenciais capitaneados pela reestruturação produtiva forçada por Collor, e levado a cabo pela iniciativa privada do país, na direção da melhoria dos padrões de eficiência e produtividade;

b) pelos resultados preliminares da integração comercial do Brasil, com o Bloco dos países do MERCOSUL; e

c) algumas ações localizadas, colocadas em prática por sucessivas administrações estaduais, na ampliação e restauração e/ou aprimoramento da infra-estrutura.

Intervenção nacionalista de Requião em seu primeiro governo, com empreendimentos de infra-estruturas, onde se destacaram: a reparação/conservação de rodovias estaduais, a conclusão das obras da Usina Hidrelétrica de Salto Segredo, a duplicação da BR 376 no trecho Curitiba-Joinville, a reativação das obras de construção da ponte sobre o rio Paraná em Guaíra, o término do primeiro trecho da Ferroeste, entre Guarapuava e Cascavel etc.

1.4. Interpretação Neoliberal Lernista

A oitava interpretação ocorreu durante o governo de Jaime Lerner, vertente de explicação da evolução histórica da economia regional iniciada na segunda metade da década de 90, foi marcada pelo chamado “*city marketing*”, isto é, investimento maciço em propaganda de autopromoção do governo Lerner. Milhões de reais foram gastos para prover o governo Lerner (no sentido de mostrar sua eficiência administrativa), com dinheiro bancado com as vendas das empresas Estatais, e

Teorias sobre o desenvolvimento econômico do Paraná.

Zeno Soares Crocetti

alicramento (terceirização) da estrutura administrativa do Estado a empresários amigos. Trabalhou para resgatar a idéia de "vontade de industrialização no Paraná", interrompida anteriormente por conta da crise.

Os dois governos seguidos do Jaime Lerner/PFL 1995-2002 buscaram uma nova reestruturação econômica e territorial. O Paraná não é mais visto como um único espaço ou território, mas como regiões com vocações particulares e distintas dentro do processo de integração neoliberal. Lerner e seu grupo político, partidários da dinâmica da globalização econômica, investiram pesado numa nova espacialização/territorialização do Paraná, visando uma integração rápida, nesse modelo de pensamento único do Mercado Nacional e Internacional, que podemos ver espacializado na figura 1.

Região 1: região metropolitana de Curitiba:

Buscou vender uma imagem de povo "culto", de cidade funcional e de mão-de-obra qualificada para atrair setores dinâmicos da economia brasileira e internacional. A região está localizada numa posição geográfica privilegiada, entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina e o Sudeste, situando-se ainda no centro do eixo econômico do MERCOSUL, além de possuir uma boa ligação rodoviária e portuária e boas condições de infra-estrutura urbana. Dificilmente se transformará num pólo financeiro ou de produção tecnológica, mas se transformou numa plataforma de produtos de utilização intensiva de mão-de-obra e de maior valor de troca. Os setores estimulados foram os de alta tecnologia (portanto de produção de componentes e não apenas de montagem de produtos). Esta região tem potencial para se expandir de Paranaguá e Ponta Grossa.

Região 2: eixo Maringá/Londrina:

Voltando-se para a agroindústria e indústria mecânicas, indústrias leves — Couro, móveis, e têxtil — e possivelmente de montagem de produtos eletrônicos e similares. O potencial populacional da região; com um poder aquisitivo razoável, permite o desenvolvimento de um forte núcleo de serviços, comércio e micro-empresas.

Região 3: A Costa Oeste:

A região de Foz do Iguaçu deve desenvolver a atividade turística. Neste sentido, a gestão Lerner procurou diversificar o potencial de atração - restrito às Cataratas do Iguaçu, para reuniões científicas e empresariais, e as compras no Paraguai - para aberturas de novas áreas de turismo (como a pesca e parques), novas atividades, como jogos, festivais (como os Jogos Olímpicos da

Apenas conseguiu fazer parcerias de concessão privadas no terminal portuário de Antonina e Ponta Félix, uma das maiores e melhores infra-estruturas frigoríficas para exportação, hoje utilizadas pela Sadia e Perdigão preferencialmente para suas exportações. As demais regiões do estado seguiram seus caminhos independentes e nunca receberam apoio decisivo do governo. São as regiões que “saíram perdendo”.

Região 5: Região Norte: (excluído o eixo Maringá/Londrina).

De forma geral, têm-se caminhado levando-se em conta perspectivas locais como áreas de latifúndio ou minifúndio. O comércio tende a se refletir em maior ou menor intensidade em função da proporção do tamanho das propriedades rurais e da densidade populacional. O setor público mantém um grande número de assalariados, que, em algumas pequenas cidades, praticamente sustentam a economia local. Outras regiões, como o Norte Pioneiro, têm perdido população.

Região 6: Regiões Sudoeste e Sul do Estado:

Com uma economia de pequenas indústrias e pólo comercial regional em algumas grandes cidades, esta região assenta a produção a partir da agropecuária intensiva — seja nos latifúndios ou na pequena produção familiar. Nos minifúndios, a agropecuária intensiva foi possível graças à terceirização rural, promovida pelas indústrias de frango de Santa Catarina ou do fumo do Rio Grande do Sul. Esta forma de produzir tem deslocado a poupança regional para SC ou RS, com a falência das cooperativas e grandes agroindústrias locais.

Região 7: A Região Central do Paraná:

Situação similar à região Oeste/Sudoeste, mas com pouco investimento da terceirização rural, com a agravante de que a bacia leiteira vem sofrendo um forte impacto da concorrência dos produtos argentinos, uruguaios e gaúchos, além dos oligopólios transnacionais.

Nas regiões cinco e sete seriam necessários investimentos estatais para reconversão econômica, como requalificação da mão-de-obra e a formação de mecanismo para captar e reter capital. Mas durante o Governo Lerner não foi desenvolvida nenhuma política para isso. A região seis está efetivamente se integrando à região econômica do Oeste de SC e Norte do RS, o que poderá estimular a tensão federativa — e agora com razão econômica — a formação do estado do Iguazu.

Teorias sobre o desenvolvimento econômico do Paraná.

Zeno Soares Crocetti

Podemos destacar que até a década 80, o estado do Paraná apresentava uma estrutura produtiva sustentada nas etapas iniciais e intermediárias do complexo agroindustrial, configurando um processo permanente de transferência de potencial de agregação de valor, geração de empregos, exportação e arrecadação tributária para fora de suas fronteiras. Essa restrição crônica impunha à base econômica estadual uma forte dependência das condições climáticas, do comportamento dos mercados mundiais de *commodities* e da política agrícola deficiente do governo federal. Essas questões serão aprofundadas em outra oportunidade.

Por décadas a característica básica do Paraná foi de comprador líquido de mercadorias de outras unidades federativas, principalmente de São Paulo, evidenciada pelas relações de troca desfavoráveis, conseqüência do comércio inter-regional alicerçado nas exportações de produtos agrícolas e matérias-primas agroindustriais e importações de insumos industriais e bens de capital e de consumo duráveis.

Essas relações tiveram início com a expansão dos cafezais ao Paraná, no final do século XIX, e início do XX, durante a permanência da oligarquia Paulista e Mineira no poder da República (1889-1930), que foi se dissolvendo gradativamente com a revolução de 1930 e o governo Vargas, mas que, com a volta dessa “Elite Predatória” ao poder com a UDN de Dutra em 1946, se agravaram, principalmente com a crise cambial de 1947 e principalmente com o confisco cambial imposto ao café.

Por conta desses processos, o desejo de industrialização do Paraná sempre foi muito forte, a ponto de ser decifrado, de forma aligeirada, como sinônimo de desenvolvimento. Magalhães Filho argumentava, no final dos anos 60, que *"no Paraná não temos a menor perspectiva de que, para os próximos anos, e talvez décadas, surja algum produto primário com mercado internacional satisfatório, capaz de dar-nos crescimento ao ritmo que o café nos deu no passado"*.⁴

Portanto a disposição de crescimento e diversificação industrial do Paraná foi mais uma vez retardada por mais um golpe da “Elite Dominante”, através de um dispositivo constitucional que isentou as vendas interestaduais de energia do recolhimento do ICMS desde 1989, permitindo a cobrança no destino. E com a volta da “Elite Udenista” ao poder com o governo FHC, e com manobras dos ministros do Planejamento e Fazenda, lideradas por José Serra, realizou-se uma mini-reforma tributária, onde o imposto da energia elétrica não é pago na geração mas sim no consumo (ICMS), implantado com as suas agências reguladoras e seu modelo de privatizações, alicerçado pelo modelo dependentista do Consenso de Washington privatista, onde foi separado a geração da distribuição. Assim, a operação interligada do sistema elétrico brasileiro impôs a transferência, para outros estados, de parcela expressiva da energia elétrica gerada em território paranaense, a um preço

Teorias sobre o desenvolvimento econômico do Paraná.

Zeno Soares Crocetti

de comercialização equivalente a um quarto daquele praticado nos grandes centros consumidores e, o que é pior, sem o fato gerador de receita tributária na origem.

O triste da história é que a vantagem conferida pelos superávits na geração de energia não livraria o Paraná de eventuais racionamentos por insuficiência de produção para o atendimento do sistema nacional integrado. Na realidade, negociatas mal intencionadas e equivocadas, realizadas durante a preparação da Constituição de 1988, levaram a elite política paranaense a supor que o recebimento dos *royalties* suplantaria com folga as perdas com o ICMS da energia.

Mais tarde constatou-se que os *royalties* cobrem menos de um quarto dos prejuízos derivados da impossibilidade legal da cobrança de ICMS nas transações entre estados. Assim, o episódio acabou consolidando o Paraná como megaprodutor e exportador de energia elétrica. Esse mecanismo ainda garante, principalmente a São Paulo, subsídios à industrialização e a elevação da arrecadação tributária do centro hegemônico do país. Não se sabe se esse modelo de Centro-Periferia é um projeto paulista de desenvolvimento, baseado na tese de 1949 de Raúl Prebisch, Centro-Periferia. No caso de Prebisch, ele procurava explicações e soluções para os problemas de desenvolvimento da América Latina, em bases alternativas àquelas da teoria econômica ortodoxa. Em seu pensamento, a América Latina fazia parte de um sistema de relações econômicas internacionais que funcionava como uma espécie de constelação, na qual os países industrializados estariam no centro e a América Latina ficava na passiva periferia.

Talvez por conta dessa interpretação Pedro Calil Padis denominou sua tese de doutorado como *Formação de uma Economia Periférica: O caso do Paraná*.

Raúl Prebisch formulou o esquema centro-periferia, que ainda permanece com certo grau de utilidade para o entendimento da América Latina, do Brasil, de relações intra-regionais, interestaduais e inclusive das interpretações entre municípios dentro do território estadual. As sucessivas crises mundiais ainda têm como causa os elementos levantados por Prebisch, – desequilíbrios do balanço de pagamentos, estrangulamentos na infra-estrutura, crise social. A grande virtude dessa literatura era tratar esses elementos de forma integrada, juntando as peças do quebra-cabeça, e não simplesmente listar os componentes do problema e tratá-los separadamente. Por outro lado, uma lição aprendida foi à importância de atentar para as heterogeneidades e desequilíbrios, que se manifestam em todas as dimensões do processo de desenvolvimento: desigualdades sociais, setoriais, tecnológicas, regionais e internacionais.

O eterno mestre, pensador independente, Ignácio Rangel, em uma formulação feita em 1987, recomendava algumas ações a serem tomadas pelo governo paranaense para promover um surto de industrialização. Rangel profetizava que;

Teorias sobre o desenvolvimento econômico do Paraná.

Zeno Soares Crocetti

“não devemos perder de vista que o Paraná é parte integrante da economia nacional, e que esta, precisamente em consequência do processo de industrialização, sem romper de vez os laços federativos, tornou-se incomensuravelmente mais unitária do que o era há 50 anos. Assim, cabe ao Paraná ter uma visão bastante clara de qual é o esquema de industrialização do país como um todo e buscar realisticamente neste esquema o seu lugar.”⁵

A mudança de postura autônoma sugerida por Rangel aconteceu a partir do início de 1990, mas, por uma via vesga, que dilapidou o patrimônio público brasileiro, e por tabela o paranaense. Acabou acontecendo pela elevação da taxa de investimento da economia brasileira, fruto da abertura econômica e do processo de privatizações associado à ampliação do horizonte de tempo de previsão econômica, alicerçado no modelo dependentista do Consenso de Washington, ancorado pela estabilidade monetária mundial. Esse modelo foi beneficiado pelo início da fase expansionista do ciclo de Kondratiev.

Nesse contexto, os defensores do modelo neoliberal do Consenso, como (CASTRO, 1997), defenderam que as mudanças deveriam ser aceleradas pela estabilização e pela globalização. Afirmou inclusive que;

"há uma nova revolução no horizonte. A arbitragem múltipla, concernente à mão-de-obra, aos recursos naturais e aos próprios benefícios fiscais, está redesenhando a geoeconomia do país. Para responder a esse tipo de desafio, o Sul tem que fazer opções estratégicas e mobilizadoras de longo prazo e reestruturantes".⁶

Pelo mesmo argumento, (CANUTO, 1998) ressaltou que;

"o novo marco da economia brasileira, a partir dos anos 90, fez-se acompanhar por profunda alteração na dinâmica regional brasileira, em relação àquela predominante até o início dos anos 80. Por um lado, enfraqueceram-se, em termos relativos, as oportunidades regionais derivadas do crescimento integrado do país ou de suas regiões anteriormente líderes".⁷

Ainda assim, algumas reflexões pontuais, centradas em observações da conjuntura, delineavam cenários mais pessimistas para a base produtiva do estado.

Oliveira chegou a construir uma *"avaliação pouco favorável sobre o futuro da economia paranaense, com seu setor exportador prejudicado pela valorização cambial, num quadro pouco propício à retomada dos investimentos"*.⁸

Por essa ordem de idéias, Lourenço destaca que o Paraná ingressou em uma nova fase nos anos 90 que;

"encontra precedente apenas em dois momentos da história econômica paranaense: o início dos anos 60, marcado pela montagem do aparelho infra-

Teorias sobre o desenvolvimento econômico do Paraná.

Zeno Soares Crocetti

estrutural; e a década de 70, contemplando a modernização agrícola e agroindustrial, em sua primeira metade, e um embrião de diversificação e sofisticação produtiva com a instalação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e da Refinaria de Petróleo, no segundo quinquênio".⁹

TABELA 1 – DADOS GERAIS DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS NO PARANÁ – 1939/1980

AN O	Número de estabelecimento s	Pessoal Ocupado		Salários		Valor da	
		Total	Ligado a Produção	Total	Ligado a Produção	Valor da Produção	Transformação Industrial
1939	1.832	21.898	16.737	41.534	31.303	347.328	153.750
1949	3.460	35.176	28.528	291.455	242.539	3.202.803	1.400.815
1959	6.417	68.455	55.467	4.016.109	3.101.037	47.063.544	17.474.631
1970	10.855	114.34	90.997	374.796	256.875	4.288.512	1.660.952
1980	14.136	4	190.615	22.954.36	19.084.42	489.380.68	172.098.844
		235.07		0	6	8	
		3					

FONTE: Censos Industriais IBGE 1939-80. Elaborada pelo autor com base nos dados do IPARDES.

Obs. Nos anos de 1939, 1949 e 1959 os valores estão expressos em milhares de cruzeiros correntes, conforme padrão monetário de 1942 e, nos anos de 1970, 1975 e 1980, os valores estão expressos em milhares de cruzeiros correntes, conforme padrão monetário de 1970.

Mas curiosamente todos esses analistas esqueceram-se de mencionar a verdadeira bomba de sucção do patrimônio público e privado, capitaneada pela “Guerra dos Lugares”, “Reestruturação Produtiva” e a implantação do “Neoliberalismo via Consenso de Washington” e pelas políticas macroeconômicas do governo FHC (1995-2002) e do governo Lerner (1995-2002). A implantação desses modelos e políticas públicas lançou o Brasil, e conseqüentemente o Paraná, num buraco negro, num mar de inadimplência, desemprego, desnacionalização econômica e desindustrialização. Para ter uma idéia dessa catástrofe para a sociedade paranaense, o chamado “arrasa-quarteirão”, veja as tabelas 1, 2 e 3 que ilustram o período. É uma guinada para os períodos mais obscuros da história do Paraná, época do controle da Elite Paulistana sobre o território paranaense, dos barões de sangue azul europeus do chamado “Paraná Tradicional”, ranço tradicionalista elitista e racista de triste memória aos negros paranaenses.

TABELA 2 - PESSOAS OCUPADAS NO PARANÁ POR CATEGORIA DE SM

ANO	< =1 SM	1 a 3 SM	3 a 5 SM	5 a 10 SM	> 10 SM
1995	100	100	100	100	100
1996	83,63	99,56	115,58	104,97	114,69
1997	93,40	100,92	125,18	101,30	101,75
1998	94,75	105,52	124,77	104,12	96,35
1999	90,79	116,09	101,66	100,59	102,36
2001	116,27	129,25	108,14	86,80	79,72

FONTE: IBGE-PNAD /IPARDES, 2005.

Não podemos esquecer-nos, é claro, do período oligárquico de 1889-1930, e udenista pós-Segunda Guerra, que negligenciou o desenvolvimento do Norte do Paraná, feito pelas frentes pioneiras com mão-de-obra barata quase escrava, de nordestinos e mineiros, sob tutela da Elite Paulistana, que no pós-guerra compraram a companhia inglesa colonizadora e a transformaram na Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, monopólio absoluto sobre uma população de mais de um milhão de habitantes.

TABELA 3 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ -1995-2000

ANO	SETORES (número de vagas)						Total
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
Déficit acumulado no período:							-41.534

FONTE: CAGED, TEM, IPARDES, 2006. Elaborado por CROCETTI, 2008.

Essa Companhia era formada coincidentemente por capitais paulistanos de famílias tradicionais udenistas, tais como Gastão Vidigal, seu irmão Cássio Vidigal, Gastão de Mesquita Filho e Sílvio de Bueno Vidigal, além de seu “braço direito, que servia para tudo”, Arthur Thomas, mais tarde substituído por Hermann Moraes Barros. No século XX, o resultado financeiro desse monopólio se transformou em várias empresas e grupos econômicos paulistanos e brasileiros.

Referências

- CHOLLEY, A. (1948) **Observações sobre alguns pontos de vista geográficos**. Rio de Janeiro: BG/CNG/IBGE, 1964. BG nºs. 179 e 180.
- CROCETTI, Z. S. **Evolução Sócio-Espacial do Paraná** (Estudos de Geografia Econômica do Paraná). 2007. 201f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de Santa Catarina, Florianópolis.
- IPARDES. Fundação Edson Vieira. **Análise Conjuntural**, V 24-31, n. 01-02/03-04 e 05-06, p.3-40, JAN/FEV-MAR/ABR-MAI/JUN. Curitiba: 2002-2009.
- MAMIGONIAN, A. A Geografia e a formação social como teoria e como método. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (Org.). **O mundo do cidadão, um cidadão do mundo**. São Paulo : Hucitec, 1996, p. 198 -206.
- MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- _____. **O Capital, Volume I**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 3ª edição.
- MOURA, R. et al. **Dinâmica Recente da Economia e Transformações na Configuração Espacial da Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba: IPARDES, 2004.
- RANGEL, I. M. A **Dualidade Básica da Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: ISEB, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957. Escrito em 1953.
- SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n 54, p. 35-59, jun. 1977.

Notas:

¹ O FDE foi criado pela Lei nº 4529/62. Inicialmente, era composto por um adicional restituível (empréstimo compulsório) correspondente ao valor de 1% sobre o Imposto de Vendas, Consignações e Transações (IVC), durante cinco anos de vigência da Lei. Assim, a alíquota do IVC passou de 4,95% para 5,95%. Os recursos do FDE foram complementados em 1964 por outro adicional restituível ou empréstimo compulsório especial (ECE) de 1%, elevando a alíquota do IVC para 6,95%.

² QUATRO visões sobre o Paraná. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES, v.7, n.2, p.3, fev. 1985.

³ OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. Quinze anos depois: comentários sobre o texto "Paraná – Economia e Sociedade". **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.83, p.6, set./dez. 1994.

⁴ MAGALHÃES FILHO, Francisco. Perspectivas industriais do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: BADEP, n. 15, p. 16, nov./dez. 1969.

⁵ INDJAIAN, Artur. Saídas para a crise – entrevista com Ignácio Rangel. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES, v.9, n.5, p.2, maio 1987.

⁶ CASTRO, Antonio Barros de. Mudanças na dinâmica regional da economia brasileira. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.91, p.7, maio/ago. 1997.

⁷ CANUTO, Otaviano. A nova dinâmica regional brasileira e uma agenda de pesquisas para o Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.94, p.26, maio/dez. 1998.

⁸ OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. Quinze anos depois: comentários sobre o texto "Paraná - Economia e Sociedade". **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.83, p.14, set./dez. 1994.

⁹ LOURENÇO, Gilmar Mendes. **A economia brasileira nos anos 90: um modelo de interpretação**. Curitiba: Ed. do Autor, 2000, p. 49.